

Sobre as novas maneiras de fluir da linguagem na era do capitalismo flex-reticular - Para uma poética da sociedade

mercredi 31 août 2011, par [Pascal Michon](#)

Sommaire

- [Para uma poética da sociedade](#)
- [A linguagem como interpretante poético da sociedade](#)
- [A linguagem como vetor da subjetivação coletiva](#)
- [A fabrica do social vista da poética](#)
- [Sobre os ritmos do linguajar do mundo contemporâneo](#)

Ce texte est la traduction d'une communication faite durant un colloque consacré aux relations contemporaines entre langage et politique : « Tramas e dramas do politico - Linguagens, Formas, Jogos » (18-21 octobre 2010 - Université fédérale de Uberlândia - Brésil)

Desde a implantação, em escala mundial, de um capitalismo flexível e reticular, a questão da relação entre a política e a linguagem tomou um aspecto inédito. As novas formas de dominação, mas também de subjetivação, exercem-se agora em grande parte através de uma formalização - que podemos chamar de "ritmização" - das atividades dos corpos, do social e da linguagem [1]. Esse último, certamente, não é o único envolvido pelas evoluções sócio-políticas recentes mas, enquanto « interpretante do social » [2], atividade ligada aos corpos [3] e condição de qualquer subjetivação [4], ele constitui um ponto de confronto estratégico nas diferentes lutas em curso.

Essa situação impõe que as formas atuais da atividade lingüística passem pelo crivo de uma crítica sem concessões ; mas, uma crítica desse tipo não pode se limitar, como é feito com frequência, a indicar simplesmente a "perda das relações autênticas", a "dominação dos simulacros", a "desrealização do real" e a "dissolução de nossa relação com A Língua". Todas essas concepções, que demarcam mais ou menos conscientemente as críticas lançadas por Heidegger contra A Modernidade (como se houvesse apenas uma), querem ver apenas metade da realidade. Passam em branco a força utópica própria à ATIVIDADE DA própria LINGUAGEM, suas capacidades críticas e as possibilidades infinitas de inventar novas modernidades, novas aventuras.

Eu gostaria de mostrar que devemos nos ater em compreender os ritmos de linguagem (corporais e sociais) que nos modelam, sempre nos baseando, a fim de transformá-los, na força poética da qual cada ser humano é dotado pelo simples fato de poder falar. Trata-se de esboçar uma visão de nossa época bastante crítica, mas muito menos pessimista que a maioria das concepções atuais do devir político da linguagem.

Para uma poética da sociedade

Com os conceitos de « significância », de « performativo », de « enunciação », Benveniste inventou nos anos 1950-60 uma nova lingüística do discurso. Um dos elementos mais importantes dessa lingüística era restaurar, em pleno período estruturalista e logo pós-estruturalista, a possibilidade de pensar a subjetivação – sem todavia conduzi-la ao paradigma filosófico tradicional. Para isso, ela visava, à maneira de Humboldt, a *linguagem* enquanto *atividade* (*energeia* ou *Thätigkeit*), mas mesmo assim, ela ainda ficava muito ligada ao modelo semiótico. No próprio momento em que ele estava provocando a explosão desse modelo, provindo da lingüística da primeira metade do século XX, a “língua” enquanto sistema de “signos” continuava sendo seu ponto de referência teórica mais visível.

Durante as duas décadas que se seguiram, essa nova lingüística passou por desenvolvimentos inéditos na poética e na teoria da linguagem de Henri Meschonnic. Este pretendeu se encarregar da transformação introduzida por seu antecessor e dela tirar todas as conclusões. Tratava-se, a partir de então, de abordar a subjetivação não mais apenas do ponto de vista da *língua* (com sua dupla significância semiótica-semântica, sua atividade pragmática, sua dupla natureza coletiva e íntima) e da *sociedade* (como sistema semiológico coletivo), mas, mais radicalmente, do ponto de vista da atividade da linguagem (como discurso significante, sob suas formas ordinária e maximalizada na literatura) em sua relação com o social (tomado, quanto a ele – ainda que Meschonnic fique extremamente vago nesse plano –, sob sua forma de dinâmica plural simultaneamente coletiva e individual).

Desde o início dos anos 1980, Meschonnic assim concebeu o projeto de uma “poética da sociedade [5]” : “Entendo assim, declarava ele, o estudo da relação entre o sujeito e o social não mais baseada na teoria dualista do signo mas sobre uma antropologia histórica da linguagem, uma teoria da historicidade dos discursos, que não causa ruptura entre a literatura e a linguagem mais do que causa entre a linguagem e a vida [6].

Infelizmente, esse projeto ficou – como mais tarde reconheceu seu conceptor – « uma utopia [7] ». Superestimando as forças próprias à poética e à teoria da linguagem, Meschonnic ignorou as propostas daqueles entre seus contemporâneos, especialistas em ciências do homem e da sociedade ou filósofos, que procuravam como ele uma ética e uma política apoiada em bases não dualistas. Assim, em sua imensa obra, não se encontra nada sobre Merleau-Ponty, Simondon, Elias, Certeau, Giddens, Morin, Moscovici, Thévenot, Boltanski, Ricoeur, Descombes. Algumas linhas sobre Foucault e Deleuze em *Critique du rythme*, algumas linhas sobre Touraine em *Politique du rythme*. Apenas Habermas e Bourdieu mereceram um pouco mais de atenção, infelizmente, sempre em exterioridade e guiada apenas pela preocupação meio vã de mostrar apenas aquilo de que careciam [8].

Essa ignorância e essa rejeição combinadas tiveram efeito deletério sobre a noção de “sociedade” que ficou inteiramente indeterminada. Na expressão “poética da sociedade”, assim como o primeiro membro remete a um pensamento solidamente estruturado, em Meschonnic o segundo ainda é fraco e inconsistente.

Gostaria, então, de me ater aqui em dar um primeiro conteúdo a esse projeto de poética da sociedade ou, melhor, do social ; logo se entenderá por que, limitando-me a esboçar, em grandes

linhas, seu quadro teórico - fornecerei, ao mesmo tempo, alguns exemplos históricos, mas, para análises factuais mais aprofundadas, permito-me indicar meus trabalhos já publicados [9].

Colocar a sociedade à luz da linguagem como atividade e à luz dos discursos como conjuntos significantes tem várias conseqüências analíticas, mas também éticas e políticas. Começarei pelas que envolvem as relações rítmicas entre linguagem e vida coletiva ; abordarei em seguida as que envolvem o papel da linguagem no acesso dos indivíduos coletivos (e singular) ao assunto.

A linguagem como interpretante poético da sociedade

Na obra de Benveniste, a linguagem, *enquanto princípio de todas as línguas*, é a condição de possibilidade de todos os outros sistemas significantes que não conseguem cumprir sua função a não ser que sejam “modelados [10]”, semiologicamente por ela. Nesse sentido, ela não é uma instituição entre outras, inclusive no social ; ao contrário, ela é o “interpretante do social” (p. 61) ; o social não existe senão por ela. Enquanto linguagem particular, ela fornece também designações lexicais de deferentes realidades instituídas numa sociedade particular.

Todavia, do ponto de vista de uma política da sociedade, seu papel não para nesse ponto. Enquanto atividade significativa, ele institui com efeito o social precisamente significando-o, isto é, dando a ele a consistência semântica histórica que escapava á descrição ainda relativamente formal de Benveniste, fornecendo ao mesmo tempo os instrumentos que sem cessar vasculham essa consistência a fim de mostrar suas corrupções.

Na verdade, existe a menos um texto no qual Benveniste indica essa direção e que mostra que ele tinha consciência da existência do novo continente que se abria aqui para a análise social : “A língua, dizia ele, envolve a sociedade por todos os lados e a contém em seu aparelho conceitual, mas, ao mesmo tempo, em virtude de um poder distinto, ela configura a sociedade instaurando o que poderíamos chamar de “semantismo social [11].” Isso equivale a reconhecer na linguagem, além da questão da “modelagem semiológica” e a das “designações lexicais”, a existência de um poder instituinte inteiramente ligado a seu aspecto semântico e pragmático, isto é, aos discursos enquanto textos significantes bem como ao discurso enquanto atividade enunciativa. Infelizmente, nem Benveniste, nem Meschonnic desenvolveram essa sugestão e é, então, a nós que cabe hoje essa tarefa.

Vê-se surgir aqui um novo campo de pesquisa extremamente promissor : o *da ritmização da vida coletiva nos discursos e através dos discursos* ou, em outras palavras, o *da invenção permanente do linguajar de um “ordinário coletivo”*. No e nos discursos, aparece algo análogo ao que acontece no plano singular aparece no nível coletivo : maneiras de avançar pela linguagem, que estão - não se deve nunca esquecer - diretamente ligadas a maneiras de se mover no corpo e de jogar com as interações sociais.

Um bom exemplo dessa ritmização foi dado pelo filólogo Victor Klemperer. Em seu livro *LTI - La langue du III^e Reich - Carnets d'un philologue*, ele analisou como o regime nazista pode construir e garantir uma grande parte de seu poder instilando nas massas, através do rádio, da imprensa, do cinema e dos discursos políticos, maneiras de falar que rapidamente chegaram às conversas mais banais e mais íntimas dos indivíduos [12]. Longe de se basear na simples propagação de

representações conscientes, a dominação nazista se baseou num controle e numa definição dos ritmos da linguagem : “O efeito mais potente da propaganda nazista não foi produzido por discursos isolados, nem por artigos ou filipetas, nem por cartazes ou bandeiras, ele não foi obtido por nada daquilo que se Ra forçado a registrar pelo pensamento ou pela percepção. O nazismo se insinuou na carne e no sangue da maioria através das expressões isoladas, firulas, formas sintáxicas que se impunham a milhões de exemplares e que foram adotadas de modo mecânico e inconsciente [13].”

Klempereer levanta assim inúmeros exemplos da nazificação da linguagem : a dileção do regime pelas palavras de origem estrangeira, que o alemão médio não entendia e que orientavam as mentes para o sonho e a crença ; a contaminação do vocabulário religioso quando se tratava de falar do Führer ou do Partido ; a subestimação de certas palavras como “inteligência”, “ceticismo”, “ponderação” ; a supervalorização de algumas outras como “crença”, “submissão”, “visão”, “movimento”, “ataque”, “agressão”, etc. Mas, abaixo da camada de palavras, Klempereer nota igualmente a invasão da linguagem cotidiana através das firulas, o estilo oratório, quase sempre histérico e raivoso, dos discursos dirigidos às massas reunidas nas grandes concentrações que o regime multiplicava. De maneira ainda mais insidiosa do que no caso do vocabulário, os locutores, aqui, são levados a adotar um tipo particular de dinâmica discursiva - e a abandonar outras, mais calmas e articuladas. A nazificação das massas se faz então por uma invasão da linguagem pela velocidade, pela energia e pela irracionalidade da pregação política. Toda expressão tende a ser feita por aumento, exclamação, galvanização : “O estilo obrigatório para todo mundo, nota Klempereer, torna-se aquele do agitador charlatanesco. [14]”

Os efeitos dessa ritmização da atividade da linguagem são ao mesmo tempo infinitesimais e imensos. Cada locutor é prisioneiro de milhares de minúsculas formas de expressão, que, tomadas isoladamente, parecem muitas vezes inofensivas, mas que postas em relação umas com as outras formam uma rede semântica, um dinâmica portadora, da qual ele não tem consciência e que fala através dele. O que essa linguagem diz é sempre o ódio, a hierarquia social e racial, a adoração simultânea da natureza e da técnica, o culto ao Führer, a supremacia do Estado total, a violência e a destruição dos inimigos - particularmente dos judeus.

A linguagem como vetor da subjetivação coletiva

Segundo aspecto de uma poética da sociedade : o acesso dos indivíduos coletivos (e singulares) a sujeito.

Sabe-se que para Benveniste « a linguagem está na natureza do homem [15] » e que ela permite aos singulares aceder à subjetividade : “É *na e pela* linguagem que o homem se constitui como sujeito ; porque somente a linguagem funda na realidade, na *sua* realidade, que é a realidade do ser, o conceito de ‘ego’” (p.260). Todavia, essa concepção concerne apenas, como se vê, os indivíduos enquanto “locutores”, distintos uns dos outros :

A “subjetividade” da tratamos aqui é a capacidade do locutor em se colocar como “sujeito”. Ela se define, não pelo sentimento que cada um tem de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que se pode fazer dele um estado, é apenas um reflexo), mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que ela reúne, e que garante a permanência da consciência. Nós consideramos que essa “subjetividade”, quer a coloquemos na fenomenologia ou na psicologia, como se preferir, é apenas o surgimento, no ser, de uma propriedade fundamental

da linguagem. É “ego” quem diz “ego”. (p. 260)

Mas a poética da sociedade mostra que não devemos nos deter nesse único aspecto do processo discursivo. No próprio momento em que a linguagem permite que os singulares acedam à capacidade de se colocar como sujeitos, ela permite igualmente que acedam a formas de subjetividade coletiva. Poderíamos dizer, parafraseando Benveniste : “É na e pela linguagem que os homens se constituem como sujeitos coletivos, e isso porque somente a linguagem funda, na realidade, na sua realidade, que é aquela do ser, o conceito de ‘nós’ . São ‘nós’ aqueles que dizem ‘nós’ .” Sem ser totalmente falsa, essa visão puramente gramatical das coisas seria ainda muito mais restrita para que captar o que se passa na realidade. De fato, através *dos* discursos, os singulares passam na verdade a ser *sujeitos poéticos* múltiplos que circulam entre eles, sujeitos que ele contribuem, às vezes, a forjar ou que recebem prontos, transformando-os por sua vez. Daí provêm os efeitos de subjetivação que levam o conceito de ‘nós’ a se difratar num emaranhado de sujeitos coletivos diversificados.

Para que se entenda melhor o que a poética acrescenta com isso à teoria do social, é bom definir o que Meschonnic entende por “sujeito poético”. Segundo ele, as obras literárias constituem sistemas significantes performativos, sistemas rítmicos, que, de maneira análoga ao *eu* da enunciação no plano superior *dos* discursos são “auto-referenciais, auto-constitutivos” e “produzem sua referência ao mesmo tempo em que a designam [16]” ; disso provêm dois efeitos, um ligado a outro. Por um lado, a sistematicidade desses ritmos dá à significância a força pragmática que identificamos nas grandes obras literárias : uma força que transforma os leitores-auditores, levando-os a dar um novo ritmo às suas vidas e a adotarem novas maneiras de viver no corpo, na linguagem e no social. Por outro, fazendo-se sua própria referência, sendo auto-constitutivas, as obras escapam de qualquer redução à sua situação de produção e de recepção ; são, de alguma forma, sua própria situação e tornam-se, assim, capazes de circular indefinidamente.

É por isso que um sujeito poético é sempre, por natureza, *performativo* e *coletivo*. Certamente, uma obra é produzida a partir de uma situação história e pessoal singular, numa linguagem singular, mas seus efeitos em nada ficam limitados ao indivíduo seu autor, nem ao grupo que fala a língua na qual ela foi escrita, nem em nenhum de seus subgrupos. E é isso que define seu valor artístico : seu aspecto *transsocial, transnacional e transcultural*. Ele constitui um tipo de *potência rítmica errante*.

A produção, a reatualização e a transformação desses sujeitos poéticos em nada são reservadas unicamente aos artistas. O que a prática artística e, em particular, a prática poética nos mostram é, sob uma forma maximizada, o funcionamento normal do semanticismo comum. Participamos todos, em maior ou menor grau, da invenção e da circulação dos sujeitos coletivos encarnados, se posso assim dizer, nas formas semânticas sistematizadas e ritmadas.

Benveniste nos leva a observar o seguinte : “Como produzimos a língua ? Não produzimos. Temos, aparentemente, um certo número de modelos. Todo homem inventa sua língua e a inventa por toda a vida. E todos inventam sua própria língua na hora e cada um de modo distinto, e cada vez de uma nova forma. Dizer bom dia a alguém todos os dias de sua vida é, a cada vez, uma reinvenção” ; “ainda maior, acrescenta ele, quando se tratarem de frases [17]”.

Mas pode-se estender essa observação, além das palavras e mesmo das frases, a todas as produções discursivas : “Todo homem inventa sua linguagem e a inventa por toda sua vida.” Na realidade, todos os homens participam, pouco ou mais, da capacidade artística de produzir essas forças circulantes que são os sujeitos poéticos. A arte é apenas a prática humana que, por maximizar seus efeitos, mostra melhor o que acontece no plano comum, na mínima conversa, na mínima interação : uma produção e uma circulação permanente de sujeitos. Ao mesmo tempo, vê-se, primeiramente, que esse acesso ao sujeito coletivo não é sistemática - podemos nos comprazer na pura repetição das normas em vigor ; em seguida, que só pode ser feita difratando-se numa multiplicidade de forças que se entrecruzam umas com as outras. Essa é a condição complexa do “nós” na linguagem - condição que mostra o que há de abusivo na redução desse “nós” múltiplo e quase sempre contraditório à simples unidade do pronome pessoal.

Em *Charles Beaudelaire, un poète lyrique à l’apogée du capitalisme*, Walter Benjamin dá um exemplo do funcionamento complexo dessas forças de subjetivação errantes. Seu trabalho acrescenta, desse ponto de vista, um complemento importante ao de Klemperer. Se a linguagem pode se transformar, já vimos, em veículo do totalitarismo, em instrumento de sujeição, ela pode também se tornar vetor de dinâmicas de subjetivação. Ela é ao mesmo tempo a fonte do ordinário e do extraordinário coletivos.

Assim como Klemperer, Benjamin nota a importância dos jogos lexicais na obra de Beaudelaire. Ele observa que *Les Fleurs du Mal* constituem a primeira obra de poesia lírica a utilizar palavras de proveniência não só comum mas urbana. Beaudelaire emprega *quinquet, wagon, omnibus* e não recua diante de *voirie* e *verrière*. Essas palavras banais, totalmente desprovidas de pátina poética, formam o fundo prosaico e em parte ilegítimo do ponto de vista das regras da arte, sobre o qual ele dispõe suas alegorias (a Morte, a Lembrança, o arrependimento, o Mal), alegorias cujo repente das aparições cria um efeito que Benjamin compara ao das cargas explosivas lançadas contra os bons costumes do linguajar da época.

Mas essas conflagrações e assentamentos lexicais não são as únicas transformações a que Beaudelaire submete a atividade do linguajar da sociedade burguesa onde ele vive. Elas se inserem numa modificação em profundidade da dinâmica da própria linguagem. Benjamin indica as interrupções com as quais Beaudelaire gostava de cortar a leitura de seus versos, a freqüência das tensões entre a voz que se retira e o acento métrico que se deveria esperar. Parece, às vezes, que a palavra desmorona sobre si mesma : « Et qui sait si ces fleurs nouvelles que je rêve / Trouveront dans ce sol lavé comme une grève / Le mystique aliment qui *ferait* leur vigueur ? » Em outro trecho : « Cybèle, qui les aime, *augmente ses légumes*. » Da mesma forma, ainda, no famoso verso « La servante au grand cœur dont vous étiez *jalouse* », o acento não cai, como se esperaria, na última palavra : « « La voz, observa Benjamin, se retira por assim dizer de *jalouse* e esse refluxo da voz é algo extremamente característico de Baudelaire. [18] »

Introduzindo essas explosões nos ritmos do linguajar admitido por sua época, esses caos e esses desmoronamentos, Beaudelaire tenta, antes de tudo, tomar para si a experiência maltratada dos indivíduos mergulhados na cidade grande. Com os novos monstros urbanos que começam a se formar, a vida, de fato, é dominada por um rápido desaparecimento dos ritmos sociais tradicionais (os ritmos regulares do culto e da economia rural) e o aparecimento de uma sociedade fluidificada pelo mercado, pela produção mecanizada, pela iluminação a gás e os novos meios de transporte e de comunicação. No seio desses novos ambientes de vida, em grande parte *desritmados* - ao menos em comparação com os ritmos antigos - os objetos perderam o aura com o qual seu uso regular os

dotava, enquanto os corpos ficaram submetidos a um dilúvio de choques e *stimuli*, que os endurecem e os fazem perder o contato consigo mesmo. Os ritmos impactados e oscilantes do discurso beudelaiano reportam assim a experiência caótica e infeliz do novo *homo urbanus*.

Mas, Beaudelaire não se limita em testemunhar a negatividade de sua época ; ele busca igualmente, indo até o fundo dessa experiência ferida, aquilo que poderia lhe permitir superá-la. Esse programa está contido no célebre aforismo : “Você me deu sua lama e dela eu fiz ouro”. Adotando essa experiência e reorganizando a maneira como a linguagem produz o sentido, a poesia efetua uma crítica dos modos de subjetivação singular e coletiva da sociedade burguesa e inventa novos modos de vida na linguagem. Ela ergue, particularmente, a utopia de um mundo no qual os corpos-linguagens estaria novamente em harmonia com eles mesmos, graças às *correspondências* entre todos os sentidos.

Os famosos « petits poèmes en prose », que ele procura compor durante todo o final de sua vida, têm o mesmo objetivo. Liberando-se de qualquer tipo de versificação, eles visam transformar a atividade da linguagem mais comum de tal forma que ela possa ao mesmo tempo mostrar a sutil degradação da experiência e ser também vetor de uma mudança radical da vida :

Quem dentre nós, escreve Beaudelaire cinco anos antes de sua morte, que nunca, em seus dias de ambição, sonhou com o milagre de uma prosa poética, musical sem ritmo e sem rima, tão maleáveis e facetados a ponto de se adaptarem aos movimentos líricos da alma, às ondulações dos sonhos e aos sobressaltos da consciência ? É sobretudo da freqüentação das grandes cidades, do cruzamento de suas várias relações que nasce esse ideal obsessivo [19].

Com o poema em prosa, como ele já fazia em sua poesia versificada, Beaudelaire põe em circulação uma nova maneira de a linguagem fluir, um novo tipo de ritmo, que é também uma nova forma de subjetivação, assumindo a um só tempo a alienação das singularidades e a possibilidade de uma superação coletiva.

Claro que, essas novas maneiras de fluir da linguagem e os sujeitos que elas lançam no uso coletivo não estão ligadas a um mundo radicalmente separado do cotidiano. Seria preciso nos desfazer, de uma vez por todas, do preconceito elitista tenaz que considera a arte como uma esfera distinta da vida. Elaborando uma poesia maravilhosa, capaz de nos emocionar ainda hoje, Beaudelaire apenas explora e maximiza um potencial de subjetivação que existe na linguagem a mais comum. Longe de indicar um mundo etéreo e sagrado, ele evidencia a dinâmica ética e política à qual todo ser humano tem acesso logo que ele recebe ou toma a palavra.

A fábrica do social vista da poética

A abordagem poética do social lança aqui uma nova luz sobre uma noção que as ciências sociais forjaram, desde o final do século XIX, para tentar compreender as novas formas de funcionamento que começavam a se expandir nas sociedades mais modernizadas. Ao lançar uma forma inédita de organizar a fluidez da linguagem, por minúscula que fosse, um poeta - mas é isso válido para qualquer locutor - dá a um “público” a oportunidade de se constituir.

Se esse público possui alguns aspectos em comum com o público tal como o entendiam Tarde ou mesmo Dewey, ele também dele se diferencia claramente em outro número de pontos. Como o público tardiano, o público poético é uma associação de singulares separados fisicamente e reunidos por uma *leitura* comum. Mas, em vez dessa associação se fazer a partir de “ideias” e de “crenças” veiculadas pela “mídia”, em vez dela tomar a forma de uma concreção exclusiva de indivíduos monádicos e durar apenas o tempo da “atualidade”, no caso da poesia – e de qualquer nova criação do linguajar, ainda que infinitesimal –, essa associação se baseia *numa partilha ativa de formas de sujeito, de ritmos significantes, que são também formas de vida, pois estão indissociavelmente ligadas a maneiras de organização do fluir da linguagem, dos corpos e das interações.*

Os públicos originários da circulação dos sujeitos poéticos constituem assim indivíduos coletivos, espécies de “*nós*”, mas esses “*nós*” têm a particularidade de formar grupos sociais totalmente abertos – e isso num sentido ainda mais radical que aquele que lhe dava Popper quando defendia a “sociedade aberta”. Por um lado, diferentemente da maioria dos grupos sociais, que tendem a se constituir em entidades fechadas sobre si mesmas, excluindo e rejeitando o que não seria próprio a elas, eles passam por cima das barreiras sociais e até das gerações; por outro lado, ao contrário dos públicos mediáticos, identificados pela primeira vez por Tarde, eles não podem ter chefe, guru ou líder. Os públicos poéticos constituem necessariamente grupos abertos a todo ser humano presente ou futuro, e é por isso que eles se encavalam constantemente uns sobre os outros.

Vemos aqui que a fábrica do social, logo que colocada á luz da linguagem, toma um aspecto bem diferente daquele a que fomos habituados pelas ciências sociais e pela filosofia política. Certamente, essa fábrica pode se basear na difusão de ritmos significantes de massa, como os analisados por Klemperer ou, ainda, de maneira diferente, mas convergente, por Tarde. Nesse caso, o *nós* que é produzido – o *nós* totalizado da comunidade racial ou do público sob influência – se reduz à identidade de um pronome pessoal que não seria partilhado universalmente. Mas, há também outra maneira de encarar essa fábrica através da produção e da reatualização de sujeitos poéticos. Desta vez, o *nós* tem a riqueza de uma miríade de formas de subjetivação que se encavalam umas às outras sem jamais se recolher numa unidade fixa e claramente delimitada. Esse *nós* ultrapassa constantemente qualquer limite imposto ao pronome que chamamos, de maneira significativa, de « primeira pessoa do plural » e promove uma coletividade não-autoritária e não-identitária; um *nós-nuven* aberto e móvel.

Sobre os ritmos do linguajar do mundo contemporâneo

Essa concepção do social torna mais sensível os desafios éticos e políticos atuais. De um lado, devemos fazer uma crítica de todos os ritmos do linguajar que impedem a formação de sujeitos coletivos plurais, em particular – mas veremos que não são os únicos – aqueles que veiculam formas subjetivas ao mesmo tempo totalizantes e excludentes, aqueles “*Nós*” com maiúscula que se dá como razão a seres humanos cuja existência foi atingida por crises, é o cinismo das classes dominantes; de outro, devemos favorecer a eclosão e o desenvolvimento de todos os ritmos que poderiam permitir aos singulares aceder a formas subjetivas coletivas múltiplas.

Faltam-nos obras precisas envolvendo esse último ponto, que se até, é verdade, tanto a um fazer quanto a um conhecimento. É um trabalho que deve ser feito e para o qual eu teria prazer em colaborar com todos os que se interessem por essa temática. Em contrapartida, dispomos de estudos suficientes para nos dar uma idéia já bastante clara das condições rítmicas impostas à linguagem pelas novas realidades mediáticas e técnicas, assim como pelo funcionamento global do neo-

capitalismo flexível e reticular.

Durante as duas últimas décadas, a circulação de discursos se globalizou e os locais de debates se multiplicaram, o que levou a uma certa diversificação das práticas discursivas. Essas transformações, sem dúvida alguma, ajudaram a circulação de novos sujeitos poéticos, que estiveram na origem de solidariedades inéditas e de ações coletivas, em nada desprezíveis. Mas como as novas mídias, para garantir seu desenvolvimento e sua hegemonia crescente, procuram produzir e vender cada vez mais discursos, essa diversificação, na maioria das vezes, consistiu mais numa simples multiplicação quantitativa acompanhada por uma simplificação dos conteúdos que numa pesquisa qualitativa de melhores formas de vida.

Assim, observamos que a rápida progressão de duas maneiras de ritmar a linguagem, que, embora não inteiramente novas, tendem a se impor a partir de agora mesmo nas conversas mais banais. Deixemos claro que, evidentemente, se trata apenas de dois tipos ideais extremos, que não excluem outros tipos de ritmos neutros.

Por um lado, vemos a difusão de discursos cada vez mais simplistas, baseados em posicionamentos ultrajantes e voluntariamente escandalosos. Esses discursos, cujo estilo é sempre da ordem da imprecação e da pregação, abarcam conteúdos muito pouco elaborados, baseados em concepções apocalípticas, maniqueístas ou paranóicas do mundo. Seu objetivo, antes de tudo, é penetrar a esfera mediática e fazê-la repercutir o maior tempo possível para, através dela, passar mensagens de medo, de ódio, de divisão e de exclusão – às vezes até mesmo de guerra e de incentivo ao assassinio.

Por outro, vemos multiplicarem-se discursos que, como um tipo de imagens espetaculares dos anteriores, apagam ou eufemizam os conflitos existentes. Hoje, nessa parte da logo-esfera neoliberal, claro, pode-se dizer tudo – somos até mesmo *enjoint* a dizer tudo –, mas deve-se dizê-lo de uma maneira que, pela neutralização de toda tensão interna ao discurso e de toda contradição entre as posições em presença – o que a ideologia neoliberal contemporânea chama de forma tão pomposa quanto matreira de “respeito pelo outro” –, torne-o apto a ser reproduzido e posto em circulação o mais ampla e rapidamente possível pelas redes do capitalismo mediático. O arquétipo desse discurso, liso e puramente técnico, sem qualidade poética nem força crítica, é, evidentemente, o da primeira rede global, a CNN, que nunca fala de literatura e evita cuidadosamente toda e qualquer crítica que possa fazê-la perder fatias de audiência. Mas poderíamos citar também a nova comunicação dos gestores de empresas que, liberando-se dos modelos do código e da escrita, substituído-a por um modelo oral e contratual, não tem senão um único objetivo: liberar as empresas de uma gestão coletiva, considerada por demais rígida, substituí-la por uma gestão individualizada, impedindo assim toda e qualquer formação de contra-poder pela composição de forças.

Nessas redes, tudo que for obstáculo à transparência, à velocidade e à quantidade da comunicação é assim eliminado ou, ao menos, minorado ao máximo. Qualquer tensão semântica forte é re-transformada em tensão fraca, ou mesmo anulada por sua tradução em pura relação de coexistência; qualquer díade é traduzida em simples par e, mais amplamente, qualquer organização significativa sistêmica – a literatura é um dos melhores exemplos disso – dividida em enormes “blocos” opostos ou, ao contrário, mas é a mesma coisa, separado analiticamente em elementos de informação facilmente transmissíveis: os pretensos “dados”. É por isso que, de resto, uns e outros preferem falar ‘de uma’ informação ou “das informações” em lugar da in-formação no sentido em

que ela implicaria uma morfogênese e uma subjetivação singular e coletiva. Nos dois casos, para poder circular cada vez mais rápida e massivamente, a linguagem se afasta ao máximo do modelo do que Simondon chamava uma “boa forma” : ele contém cada vez menos tensão potencial interna e, logo, de poder de subjetivação. Ele é ao mesmo tempo massificado e pulverizado, despojado e despolitizado pelos novos aparelhos técnicos, pelas novas organizações sociais em rede e pelas comunidades que se opõe a estas de maneira puramente regressiva.

As novas mídias e o capitalismo flex-reticular que acabam de se implantar favorecem, assim, formas de exercício da linguagem que oscilam entre os *gritos* e o *vento* - entre discursos apocalípticos e históricos cuja energia toda provém de seu constante apelo à divisão e à violência, e discursos astênicos e lenitivos nos quais as divisões e as violências do mundo não são mais aceitas para serem superadas. De um lado como de outro, esses discursos são esvaziados de todo *conteúdo complexo* - no sentido de uma atitude interna de elementos que de outra forma são vistos como simplesmente contraditórios - e a *complexidade* do mundo reduzida a grandes oposições binárias ou dividida numa infinidade de “dados” minúsculos.

Notes

[1] MICHON, Pascal. *Rythmes, pouvoir, mondialisation*, Paris, PUF, 2005 ; *Les Rythmes du politique. Démocratie et capitalisme mondialisé*, Paris, Les Prairies ordinaires, 2007 ; *Fragments d'inconnu. Pour une histoire du sujet*, Paris, Le Cerf, 2010.

[2] BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale I et II*, Paris, Gallimard, 1969-1974.

[3] MESCHONNIC, Henri. *Critique du rythme. Anthropologie historique du langage*, Lagrasse, Verdier, 1982.

[4] Além do que será mostrado a seguir sobre essa questão, pode-se ver igualmente P. MICHON, *Sujet et individu en Occident. Dumont, Elias, Meyerson, Vernant*, Paris, Rhuthmos, 2011, acessível in <http://rhuthmos.eu/spip.php?article463>.

[5] Essa noção foi introduzida por MESCHONNIC na última página de *Critique du rythme* (p. 715) em 1982 e retomada, no ano seguinte, numa comunicação intitulada : « Rythme, théorie du langage, poétique de la société », *Colloque d'Albi sur le rythme*, Université de Toulouse-Le Mirail, 1983, p. 276-291.

[6] MESCHONNIC, Henri. « Rythme, théorie du langage, poétique de la société », *Colloque d'Albi sur le rythme*, Université de Toulouse-Le Mirail, 1983, p. 276.

[7] MESCHONNIC, Henri. *Politique du rythme, politique du sujet*, Lagrasse, Verdier, 1995, p. 443.

[8] Para um exemplo desse tipo de leitura, MESCHONNIC, Henri. « Présentation », « Critique de la théorie critique » e « Le langage chez Habermas, ou Critique, encore un effort », dans *Critique de la théorie critique, Langage et histoire*, Presses Universitaires de Vincennes, 1985, 204 p.

[9] Em particular MICHON, Pascal. *Rythmes, pouvoir, mondialisation*, Paris, PUF, 2005 e *Les Rythmes du politique. Démocratie et capitalisme mondialisé*, Paris, Les Prairies ordinaires, 2007.

[10] BENVENISTE, Émile. « Sémiologie de la langue » (1969), *Problèmes de linguistique générale*

II, Paris, Gallimard, 1974, p. 63.

[11] BENVENISTE, Émile. « Structure de la langue et structure de la société » (1968), *Problèmes de linguistique générale II*, Paris, Gallimard, 1974, p. 98.

[12] KLEMPERER, Victor. *LTI - Notizbuch eines Philologen*, Aufbau, Berlin, 1947, Leipzig, Reclam, 1975, trad. fr. Élisabeth GUILLOT, *LTI - La Langue du III^e Reich. Carnets d'un philologue*, Paris, Albin Michel, coll. « Agora », 1996.

[13] KLEMPERER, Victor. *op. cit.*, p. 40.

[14] KLEMPERER, Victor. *op. cit.*, p. 49.

[15] BENVENISTE, Émile. « De la subjectivité dans le langage » (1958), *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard, 1966, p. 259.

[16] MESCHONNIC, Henri. *Pour la poétique II, Épistémologie de l'écriture, Poétique de la traduction*, Paris, Gallimard, 1973, p. 178.

[17] BENVENISTE, Émile. « Structuralisme et linguistique » (1968), *Problèmes de linguistique générale II*, Paris, Gallimard, 1974, p. 19.

[18] BENJAMIN, Walter. « Zentralpark » dans *Charles Baudelaire. Ein Lyriker im Zeitalter des Hochkapitalismus*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1955, trad. fr. par Jean LACOSTE, *Charles Baudelaire, un poète lyrique à l'apogée du capitalisme*, Paris, Payot, 1979, p. 237.

[19] BAUDELAIRE, Charles. « Dédicace à Arsène Houssaye » (26 août 1862), *Petits Poèmes en prose* (1^{re} éd. posth. 1869), Paris, Garnier, 1958, p. 7. Cité par BENJAMIN, Walter. « Sur quelques thèmes baudelairiens » (1939), *op. cit.*, p. 162.